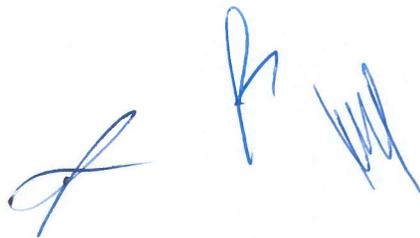


Companhia
Energética
Sinop S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de
2016 e 2015**

Conteúdo

| | |
|---|-----------|
| Relatório da Administração | 3 |
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras | 9 |
| Balancos patrimoniais | 14 |
| Demonstrações de resultados | 15 |
| Demonstrações de resultados abrangentes | 16 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 17 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto | 18 |
| Demonstrações dos valores adicionados | 19 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras | 20 |



Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A Companhia Energética Sinop S.A, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as suas correspondentes Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

1. Perfil da Companhia

A Companhia Energética Sinop S.A. - CES (“Companhia”) é uma Sociedade de Propósito Específico, de capital fechado, constituída em 28 de outubro de 2013. A Companhia é controlada por meio de Acordo de Acionista (“Acordo”), do qual todos os acionistas fazem parte, conforme disposto no artigo 118 da Lei nº 6.404/76: Os acionistas constituíram a Companhia com propósito específico de conduzir todas as atividades necessárias à implantação, operação, manutenção e exploração da Usina Hidrelétrica de Sinop (“UHE Sinop”), no Rio Teles Pires, localizada no Estado do Mato Grosso, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito à central geradora. A sede da Companhia está localizada na Cidade de Sinop, Estado do Mato Grosso, na Avenida das Sibipirunas, nº 3662 - Centro.

A partir de 11/12/2014 a Companhia teve seu controle acionário alterado conforme a Ata de Reunião de Assembleia Geral Extraordinária e anexos, registrados na Junta Comercial do Distrito Federal, a partir de quando a Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A, passou a integrar o quadro de acionista.

2. Implantação do Empreendimento

Em 26 de fevereiro de 2014, a Companhia assinou Contrato de Concessão nº 01/2014 com a União através do MME - Ministério de Minas e Energia, para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido contrato. Ainda de acordo com o referido contrato, 90% da energia assegurada será destinada ao mercado regulado.

Conforme cronograma de Concessão, as unidades geradoras da UHE SINOP estavam previstas para estar em pleno funcionamento em maio de 2018.

Porem, CES vem enfrentando diversos entraves na execução das obras de implantação da UHE Sinop, merecendo destaque os seguintes:

Entraves Ambientais/Judiciais

- Suspensão da Licença de Instalação da Usina (LI nº 63544/2014) pelo período de 01/04/2014 a 10/07/2014, em razão de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal por suposta irregularidade no Processo de Licenciamento da UHE Sinop. A liminar que suspendeu a LI foi publicada em 01/04/2014, a CES interpôs recurso contra essa decisão em 08/05/2014 e em 10/07/2014 a LI pode então ser reestabelecida.

- Suspensão da Autorização de Imissão Provisória na Posse da área necessária à implantação do canteiro de obras, pois, mesmo tendo a CES ingressado com ação de desapropriação para viabilizar a posse, em 06/06/2014, a efetivação da posse foi prejudicada em razão de contestações judiciais que depois se demonstram improcedentes. Assim, somente em 08/10/2014, conforme Auto de Imissão, foi cumprido o mandado de Imissão Provisória na Posse em favor da CES.
- Embargo da execução da lavra de arenito, extração e beneficiamento, em face de Termo de Embargo/Interdição nº 123687 e Auto de Infração nº 135538, lavrado em 22/10/2015 pela SEMA/MT, que determinou o embargo de tais atividades. Nada obstante a diligência da CES, que ajuizou ação judicial, logo em 28/10/2015, para superar tal obstáculo, o embargo foi restaurado em 14/12/2015 e somente pode ser superado quando, após anulação do referido embargo na esfera administrativa pelo próprio órgão ambiental em 24/03/2016, o Poder Judiciário julgou improcedente o processo judicial em face da perda de objeto em 26/07/2016.
- Atrasos do Órgão Ambiental na emissão das Autorizações de Supressão Vegetal necessárias às áreas do reservatório e da jazida da pedreira, em um prazo total estimado de 19 meses, bem como à área de passagem da linha de transmissão, a qual, solicitada há 8 meses, ainda não foi emitida. Esses atrasos, particularmente em relação às áreas do reservatório e da jazida da pedreira, acarretaram impactos na sequência construtiva do empreendimento, inclusive no desvio do Rio Teles Pires durante o período seco de 2016, com perda de janela hidrológica.

Entrave Acesso SIN

- Alteração do bay de conexão na SE Claudia, fato que veio a ser comunicado em 19/06/2015, pela transmissora acessada (Matrinchã Transmissora S.A.), sob a justificativa de que seria necessário licitar a ampliação do pátio da SE Cláudia para viabilizar a conexão do empreendimento, dada a solicitação da ANEEL de implantação do 3º circuito da LT Claudia-Paranaíta. Desde então, CES tem realizado diversas tratativas com ANEEL, ONS e transmissora com vistas a ter uma definição efetiva da configuração de sua conexão, ressalvando, todavia, que referida alteração não condiz com o que foi previsto à época da sua participação no 16º LEN/2013, quando então foi licitada a UHE Sinop.

Entrave Financeiro

- Atraso de cerca de 8 meses no financiamento junto ao BNDES, pois, muito embora a CES tenha iniciado as tratativas com antecedência, referida instituição financeira fez exigência inédita quanto à necessidade de previsão, no âmbito do contrato de financiamento, de medida mitigadora quanto aos efeitos do risco hidrológico, tendo em vista discussões judiciais associadas ao tema GSF/MRE. Outra dificuldade enfrentada diz respeito à exigência de solução alternativa para as garantias da parcela do financiamento correspondente às participações das acionistas Eletronorte e Chesf, em função de exigências do BNDES.

Tendo presente todo este cenário, apesar dos esforços e diligência da Companhia em superar tais obstáculos, certas etapas do cronograma restaram comprometidas, sendo estimado um atraso médio na conclusão do empreendimento de 10-12 meses, com a entrada em operação comercial da UG 01 e da UG 02 prevista em 31/12/2018. Na avaliação da Administração e apoiada em avaliação dos assessores jurídicos externos da Companhia, não há obrigação contratual a ser registrada nas

demonstrações financeiras em razão do referido atraso, cujo assunto continuará sendo objeto de monitoramento contínuo pela Administração.

A Companhia ainda dependerá de quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da Usina Hidrelétrica, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras. A Companhia possui capital autorizado de R\$ 1,05 bilhões, sendo que as subscrições e integralizações ocorrem por deliberação do Conselho de Administração.

Coube ao Governo regular a exploração, pela Companhia, do potencial de energia hidráulica no Rio Teles Pires, Município de Sinop, Estado do Mato Grosso, denominada UHE Sinop com potência instalada mínima de 400 MW. A garantia física de energia da UHE para o exercício em que as unidades geradoras forem instaladas é de 239,8 MW médios.

No ano de 2016, os investimentos contabilizados ao ativo imobilizado, para a construção do empreendimento totalizaram R\$ 1,4 bilhões.

Localizada no Rio Teles Pires, a Bacia do Rio Teles Pires, inserida na Bacia Amazônica, distante 70 Km de Sinop, será construída nas divisas dos municípios de Cláudia (margem direita do rio) e Itaúba (margem esquerda).

O reservatório abrangerá áreas dos municípios de Cláudia, Ipiranga do Norte, Itaúba, Sinop e Sorriso.

3. Acionistas

A Composição Societária da Companhia Energética Sinop S.A. é constituída por duas empresas Estatais brasileiras e uma francesa do Setor de Energia Elétrica.

O quadro acionário da Companhia é composto por Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. com 51%, Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte com 24,5% e pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF com 24,5%.

4. Benefícios Fiscais

Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura- REIDI

A Companhia teve reconhecido seu enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), conforme Portaria nº 334, de 20 de novembro de 2014, e do Ato Declaratório Executivo nº 05, de 28 de janeiro de 2015, da RFB. As pessoas jurídicas beneficiárias do REIDI estão autorizadas a efetuar aquisições de bens e serviços para a aplicação em obras de infraestrutura sem a incidência da contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

5. Estrutura de Capital

Os investimentos efetuados pela Companhia Energética Sinop até o momento foram realizados como aporte de Capital Social (R\$ 565 milhões), e financiamento junto ao BNDES (724,2 milhões),

sendo integralizados até o momento R\$ 288,2 milhões pela Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A., R\$ 138,4 milhões pela Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte e R\$ R\$ 138,4 milhões pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF.

Além dos recursos acima, a Companhia mantém em seus registros contábeis o saldo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC o valor de R\$ 328 milhões, adiantados pela Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A., R\$ 167,2 milhões pela Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte R\$ 80,4 milhões e R\$ R\$ 80,4 milhões pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF.

Paralelamente a Cia Energética Sinop negociou e recebeu empréstimo ponte por operação estruturada de debêntures simples, no valor de R\$ 300 milhões com vencimento para setembro de 2016. Foi quitado com a Liberação da Primeira parcela do BNDES.

No terceiro trimestre de 2016, a Companhia recebeu parcialmente o primeiro subcrédito do BNDES no valor líquido de R\$ 486.4 milhões. Os encargos e as comissões sobre a operação totalizaram R\$ 13.7 milhões.

No quarto trimestre de 2016, a Companhia recebeu parcialmente outra parte do primeiro subcrédito do BNDES no valor líquido de R\$ 219.9 milhões. Os encargos sobre a operação totalizaram R\$ 4.2 milhões .

O contrato de financiamento com o BNDES é dividido em 4 subcréditos. As parcelas serão amortizadas em 240 (duzentas e quarenta) prestações, vencendo a primeira em 15 de julho de 2018 e a última em 15 de junho de 2038.

6. Ações Sociais e Ambientais

A UHE Sinop teve sua Licença Prévia (LP) nº 301901/2012 concedida em 10/05/12 pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA/MT), com base no Parecer Técnico PT nº 61987/CAIA/SUIMIS/2012.

Em 05/12/13 foi obtida, também junto à SEMA/MT, a Licença de Instalação (LI) para o canteiro de obras (LI nº 63167/2013) e, em 17/03/14, a LI para implantação das obras componentes do arranjo geral do empreendimento, fundamentada no Parecer Técnico PT nº 81.703/CAIA/SUIMIS/2014.

No âmbito do processo de licenciamento ambiental de instalação, com o objetivo de potencializar as ações positivas e evitar, mitigar ou compensar as ações de natureza negativa que possam ser provocadas pelas intervenções necessárias para implantação do empreendimento e, posteriormente para operá-lo, o Projeto Básico Ambiental (PBA) foi apresentado à SEMA/MT, com a indicação de planos, programas e subprogramas socioambientais que estão sendo executados ao longo da etapa de implantação da UHE Sinop.

O PBA contempla os objetivos gerais e específicos dos 33 programas socioambientais, de maneira que ele é um instrumento de planejamento geral suscetível a ajustes nos procedimentos e diretrizes nele detalhados, que somente poderão ser feitos ao longo da implementação das ações ambientais.

Dentre os programas integrantes do PBA, cabe destacar aqueles que integram o caminho crítico de liberação do reservatório para enchimento, a saber: aquisições fundiárias e supressão vegetal.

No que se refere aos assuntos fundiários, as apresentações de valores para aquisições de propriedades foram iniciadas em fevereiro de 2016, sendo intensificadas em outubro/2016, após aporte de recursos financeiros oriundos do financiamento do BNDES.

Já as atividades de supressão vegetal na área de inundação do reservatório foram iniciadas em novembro/2016.

Cabe observar que, para o canteiro de obras da UHE Sinop, foi emitida, em 18/08/2016, a Licença de Operação Provisória (LOP), indicando que o canteiro de obras se encontra apto para sua operação, considerando a regularidade do empreendimento. Referida LOP foi fundamentada no Parecer Técnico PT nº 102548/CLEIA/SUIMIS/2016.

Além disso, outras licenças e autorizações necessárias à execução dos diversos serviços associados à implantação do empreendimento vêm sendo solicitadas tempestivamente, conforme constatada sua necessidade e em acordo com o alinhamento junto ao órgão ambiental licenciador.

Além das obrigações constantes do PBA, as licenças ambientais acima citadas também estabelecem condicionantes a serem cumpridas pelo empreendedor, sendo que o andamento do PBA e atendimento de condicionantes vêm sendo demonstrado periodicamente junto à SEMA/MT.

A UHE Sinop teve sua Licença Prévia (LP) nº 301901/2012 concedida em 10/05/12 pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA/MT), com base no Parecer Técnico PT nº 61987/CAIA/SUIMIS/2012.

Em 05/12/13 foi obtida, também junto à SEMA/MT, a Licença de Instalação (LI) para o canteiro de obras (LI nº 63167/2013) e, em 17/03/14, a LI para implantação das obras componentes do arranjo geral do empreendimento, fundamentada no Parecer Técnico PT nº 81.703/CAIA/SUIMIS/2014.

Todas as licenças ambientais acima citadas estabeleceram condicionantes a serem cumpridas pelo empreendedor e cujo atendimento deve ser demonstrado periodicamente junto ao órgão ambiental licenciador.

Com o objetivo de potencializar as ações positivas, evitar, mitigar ou compensar aquelas de natureza negativa que possam ser provocadas pelas intervenções necessárias para implantar o Empreendimento e, posteriormente para operá-lo, o Projeto Básico Ambiental (PBA) é composto por planos, programas e subprogramas socioambientais com metodologias, escopos, produtos, responsabilidades e cronogramas específicos a serem gerenciados ao longo da etapa de implantação da Usina, bem como durante sua operação.

O PBA contempla os objetivos gerais e específicos dos 33 programas socioambientais, de maneira que ele é um instrumento de planejamento geral suscetível à ajustes nos procedimentos e diretrizes nele detalhados, que somente poderão ser feitos ao longo da implementação das ações ambientais.

Um dos programas do PBA é o Programa de Apoio aos Municípios, que tem como foco os municípios de Cláudia, Itaúba, Ipiranga do Norte, Sinop e Sorriso, Área de Influência Direta (AID) da UHE Sinop. Neste sentido, as ações desenvolvidas permitem detalhar as demandas socioeconômicas de cada um, em função dos possíveis impactos decorrentes da implantação da Usina, e propor ações de orientação a partir da atualização e monitoramento socioeconômico, realizado em cada município.

Com execução paralela ao andamento das obras civis e implantação dos diversos programas do PBA, algumas ações têm sido, inclusive, executadas de maneira antecipada, de forma a atender as principais demandas apresentadas pelas municipalidades, com foco principalmente nas áreas de saúde, educação e segurança.

7. Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação do artigo 2º da Instrução CVM nº 381/2003, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, os Auditores Independentes da Companhia não foram contratados para trabalhos diversos daqueles correlatos ao de auditoria externa.

As informações contábeis aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

8. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores abaixo assinados declaram que discutiram, reviram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

A Administração





KPMG Auditores Independentes
SBS - Qd. 02 - Bl. Q - Lote 03 - Salas 708 a 711
Edifício João Carlos Saad
70070-120 - Brasília/DF - Brasil
Caixa Postal 8587 - CEP 70312-970 - Brasília/DF - Brasil
Telefone +55 (61) 2104-2400, Fax +55 (61) 2104-2406
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao
Conselho de Administração e aos Diretores da
Companhia Energética Sinop S.A.
Sinop - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética Sinop S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia Energética Sinop S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valor recuperável (“Impairment”) dos ativos não financeiros

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10, a Companhia possui um montante de R\$ 1.398.958 mil nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 relativo ao ativo imobilizado cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios. A Companhia avaliou a existência de indicadores de redução ao valor recuperável em relação às suas unidades geradoras de caixa (“UGCs”) e para o cálculo do valor recuperável utilizou-se do método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras do empreendimento. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros, e as premissas como a taxa de desconto, crescimento econômico projetado, a inflação de custos, utilizados na determinação do valor em uso dos ativos, e à complexidade do processo, o qual requer um grau significativo de julgamento por parte da Companhia para determinação da estimativa contábil, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos o entendimento sobre os principais controles relacionados ao processo de elaboração, revisão e aprovação das premissas base para a elaboração dos estudos de valor recuperável disponibilizados pela Companhia. Adicionalmente avaliamos, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, a razoabilidade e consistência das premissas mais importantes e da metodologia utilizada (comparando-as, quando aplicável, com dados obtidos de fontes externas), como volume e preço de venda de energia, continuidade das operações, inflação e as taxas de desconto. Avaliamos também as divulgações efetuadas pela Companhia nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em



todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser



decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília - DF, 03 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Marcelo José de Aquino
Contador CRC 1SP183836/O-6

Companhia Energética Sinop S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

| | Nota | 2016 | 2015 |
|--|------|-------------------------|-----------------------|
| Ativo | | | |
| Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 25.612 | 41 |
| Aplicações financeiras | 6 | 239.623 | 32.876 |
| Adiantamentos | 7 | 232 | 157 |
| Tributos e contribuições a compensar | 8 | 4.881 | 3.377 |
| Despesas antecipadas | | <u>26</u> | <u>17</u> |
| | | 270.374 | 36.468 |
| Não circulante | | | |
| Ativo fiscal diferido | 9 | 6.436 | 2.767 |
| Imobilizado | 10 | 1.398.958 | 873.774 |
| Intangível | 11 | <u>21.700</u> | <u>20.137</u> |
| | | 1.427.094 | 896.678 |
| Total do ativo | | <u>1.697.468</u> | <u>933.146</u> |
| Passivo | | | |
| Circulante | | | |
| Fornecedores | 12 | 49.039 | 62.706 |
| Tributos e contribuições a recolher | 13 | 7.280 | 2.373 |
| Obrigações trabalhistas | 14 | 1.683 | 1.178 |
| Debêntures a pagar | 15 | <u>-</u> | <u>332.177</u> |
| | | 58.002 | 398.434 |
| Não circulante | | | |
| Uso do bem público | 11 | 21.191 | 19.807 |
| Financiamento BNDES | 16 | <u>740.149</u> | <u>-</u> |
| | | 761.340 | 19.807 |
| Patrimônio líquido | | | |
| Capital social | 18 | 565.000 | 372.637 |
| Prejuízos acumulados | | (14.874) | (7.732) |
| Adiantamento para Futuro Aumento de capital (AFAC) | 18 | <u>328.000</u> | <u>150.000</u> |
| | | 878.126 | 514.905 |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | | <u>1.697.468</u> | <u>933.146</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética Sinop S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

| | Nota | 2016 | 2015 |
|--|---------|-----------------|-----------------|
| Despesas operacionais | | | |
| Pessoal, encargos e benefícios | 19 | (6.401) | (5.822) |
| Serviços de terceiros | 20 | (2.286) | (2.733) |
| Arrendamentos e alugueis | | (401) | (499) |
| Passagens e hospedagens | | (823) | (981) |
| Materiais | | (282) | (338) |
| Depreciações e amortizações | 10 e 11 | (364) | (208) |
| Outros | | (483) | (281) |
| | | <u>(11.040)</u> | <u>(10.862)</u> |
| Prejuízo operacional antes do resultado financeiro | | | |
| Resultado financeiro | | | |
| Receitas financeiras | | 948 | 2.778 |
| Despesas financeiras | | <u>(719)</u> | <u>(83)</u> |
| Resultado financeiro | | <u>229</u> | <u>2.695</u> |
| Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social | | <u>(10.811)</u> | <u>(8.167)</u> |
| Contribuição social diferida | 9 | 965 | 738 |
| Imposto de renda diferido | 9 | 2.704 | 2.029 |
| Prejuízo do exercício | | <u>(7.142)</u> | <u>(5.400)</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética Sinop S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

| | 2016 | 2015 |
|---|-----------------------|-----------------------|
| Prejuízo do exercício | (7.142) | (5.400) |
| Outros componentes do resultado abrangente | <u>-</u> | <u>-</u> |
| Total do resultado abrangente do exercício | <u>(7.142)</u> | <u>(5.400)</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética Sinop S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

| | Capital social | Lucro (prejuízo) acumulados | Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) | Total do patrimônio líquido |
|---|----------------|-----------------------------|--|-----------------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2014 | <u>372.637</u> | <u>(2.332)</u> | <u>-</u> | <u>370.305</u> |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | - | - | 150.000 | 150.000 |
| Prejuízo do exercício | - | <u>(5.400)</u> | - | <u>(5.400)</u> |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | <u>372.637</u> | <u>(7.732)</u> | <u>150.000</u> | <u>514.905</u> |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | - | - | 370.363 | 370.363 |
| Aumento de capital social | 192.363 | - | <u>(192.363)</u> | - |
| Prejuízo do exercício | - | <u>(7.142)</u> | - | <u>(7.142)</u> |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | <u>565.000</u> | <u>(14.874)</u> | <u>328.000</u> | <u>878.126</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética Sinop S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

| | 2016 | 2015 |
|--|------------------|------------------|
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | |
| Prejuízo do período antes dos impostos | (10.811) | (8.167) |
| Receita financeira | (111) | - |
| Provisões | (26) | (2.695) |
| Depreciação e amortização | 364 | 208 |
| Prejuízo ajustado | (10.584) | (10.654) |
| Varição no ativo | | |
| Aplicações financeiras | (206.747) | 89.325 |
| Adiantamentos | (75) | 670 |
| Despesas antecipadas | (9) | 1.616 |
| Tributos e contribuições a compensar | (1.394) | (5.914) |
| | (208.225) | 85.697 |
| Varição no passivo | | |
| Fornecedores | (47.340) | (78.874) |
| Tributos e contribuições a recolher | 4.907 | 2.085 |
| Obrigações trabalhistas | (4) | 960 |
| | (42.437) | (75.829) |
| Juros pagos na liquidação da dívida com as debêntures | (72.777) | - |
| Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | (334.023) | (786) |
| Fluxos de caixa das atividades de investimentos | | |
| Adição de imobilizado | (434.760) | (448.921) |
| Adição de intangível | (179) | (381) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento | (434.939) | (449.302) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento | | |
| Captação financiamento c/ o BNDES | 724.170 | 300.000 |
| Integralização de capital social | 192.363 | - |
| Liquidação da dívida com as debêntures (principal) | (300.000) | - |
| Adiantamento para futuro aumento de capital AFAC | 178.000 | 150.000 |
| Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento | 794.533 | 450.000 |
| Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa | 25.571 | (88) |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 41 | 129 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 25.612 | 41 |
| Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa | 25.571 | (88) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética Sinop S.A.

Demonstrações dos valores adicionados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

| | 2016 | 2015 |
|---|----------------|----------------|
| 1 - receitas | <u>-</u> | <u>-</u> |
| 2 - insumos adquiridos de terceiros | | |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | <u>(3.862)</u> | <u>(4.859)</u> |
| | <u>(3.862)</u> | <u>(4.859)</u> |
| 3 - valor adicionado bruto | <u>(3.862)</u> | <u>(4.859)</u> |
| 4 - retenções | | |
| Depreciação, amortização e exaustão | <u>(364)</u> | <u>(208)</u> |
| 5 - valor adicionado líquido produzido pela entidade | <u>(4.226)</u> | <u>(5.067)</u> |
| 6 - valor adicionado recebido em transferência | | |
| Receitas financeiras | <u>948</u> | <u>2.778</u> |
| | <u>948</u> | <u>2.778</u> |
| 7 - valor adicionado total a distribuir | <u>(3.278)</u> | <u>(2.289)</u> |
| 8 - distribuição do valor adicionado | | |
| Pessoal | | |
| Remuneração direta | 4.887 | 4.437 |
| Benefícios | 1.144 | 614 |
| FGTS | <u>370</u> | <u>279</u> |
| | <u>6.401</u> | <u>5.330</u> |
| Impostos, taxas e contribuições | | |
| Federais | (3.664) | (2.746) |
| Estaduais | 4 | 3 |
| Municipais | <u>6</u> | <u>-</u> |
| | <u>(3.654)</u> | <u>(2.743)</u> |
| Remuneração de capitais de terceiros | | |
| Juros | 716 | 25 |
| Aluguéis | <u>401</u> | <u>499</u> |
| | <u>1.117</u> | <u>524</u> |
| Remuneração de capitais próprios | | |
| Lucros retidos/prejuízo do exercício | <u>(7.142)</u> | <u>(5.400)</u> |
| | <u>(7.142)</u> | <u>(5.400)</u> |
| Valor adicionado total | <u>(3.278)</u> | <u>(2.289)</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

1 Contexto Operacional

A Companhia Energética Sinop S.A. (“CES” ou “Companhia”) é uma Sociedade de Propósito Específico, de capital fechado, constituída em 28 de outubro de 2013. A Companhia é controlada por meio do Acordo de Acionista (“Acordo”), do qual todos os acionistas fazem parte (Nota Explicativa nº 18), conforme disposto no art. 118 da Lei nº 6.404/76. Os acionistas constituíram a Companhia com o propósito específico de conduzir todas as atividades necessárias à implantação, à operação, à manutenção e à exploração da Usina Hidrelétrica de Sinop (“UHE Sinop”), no Rio Teles Pires, localizada no Estado de Mato Grosso, e das instalações de transmissão de interesse restrito à central geradora. A sede da Companhia está localizada na cidade de Sinop, no Mato Grosso, no Setor Comercial, Av. das Sibipirunas, 3.662 - esquina com a Rua das Castanheiras.

A partir de 11 de dezembro de 2014, a Companhia teve seu controle acionário alterado conforme a Ata de Reunião de Assembleia Geral Extraordinária e anexos, registrado na Junta Comercial do Distrito Federal, passando a Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. a fazer parte da composição acionária da Companhia. O controle é exercido de forma compartilhada.

Em 26 de fevereiro de 2014, a Companhia assinou Contrato de Concessão nº 01/2014 com a União através do Ministério de Minas e Energia (MME), para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido contrato, tendo em vista a sua condição de produtor independente de energia elétrica.

A Companhia ainda dependerá de quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da UHE Sinop. A Companhia possui capital autorizado de R\$ 1.050.185.348,00 (um bilhão, cinquenta milhões, cento e oitenta e cinco mil trezentos e quarenta e oito reais - Nota Explicativa nº 18), e as subscrições e as integralizações ocorrem por deliberação do Conselho de Administração. Aspectos relacionados à liquidez da Companhia estão divulgados na Nota Explicativa nº 23.

Coube ao Governo regular a exploração, pela Companhia, do potencial de energia hidráulica no Rio Teles Pires, Município de Sinop, Estado de Mato Grosso, denominada UHE Sinop, com potência instalada mínima de 400 MW (*). A garantia física de energia da UHE Sinop para o exercício em que as unidades geradoras forem instaladas é de 239,8 MW (*) médios.

(*) Informações não examinadas/revisadas pelos auditores independentes.

Em 17 de março de 2014, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA) concedeu Licença de Instalação válida até 16 de março de 2017, contemplando as atividades a ser desenvolvidas dentro dos sítios construtivos da UHE Sinop, compreendendo a construção de barragens e represas para geração de energia elétrica.

A Companhia teve reconhecido seu enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), conforme Portaria nº 334, de 20 de novembro de 2014, e do Ato Declaratório Executivo nº 5, de 28 de janeiro de 2015, da RFB. As pessoas jurídicas beneficiárias do REIDI estão autorizadas a efetuar aquisições de bens e serviços para a aplicação em obras de infraestrutura sem a incidência da contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Com relação ao prazo de execução da UHE, a Companhia enfrentou, desde o início da construção, diversos entraves na execução das obras de implantação da UHE Sinop, sendo eles:

- a) Entraves ambientais/judiciais.
 - a.1) Suspensão da Licença de Instalação da Usina.
 - a.2) Suspensão da autorização de imissão provisória de posse da área necessária ao canteiro de obras.
 - a.3) Deslizamento de talude da margem direita da casa de força.
 - a.4) Embargo de execução da lavra de arenito.
 - a.5) Atrasos do órgão ambiental na emissão das autorizações de supressão vegetal.
- b) Entrave de acesso ao Sistema Integrado Nacional (SIN).
- c) Entrave financeiro - Atraso de cerca de oito meses na finalização e na liberação do financiamento obtido com o BNDES.

Em razão das situações acima, o cronograma inicial que estava previsto para o início da geração em maio de 2018 foi alterado para 31 de dezembro de 2018. Com isso, a Companhia vem apurando outros meios para mitigar o referido atraso, como, por exemplo, a desconstrução temporária da energia contratada com as distribuidoras, e aguardando manifestação do órgão regulador — Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Na avaliação da Administração e apoiada em avaliação dos assessores jurídicos externos da Companhia, não há obrigação contratual a ser registrada nas demonstrações financeiras em razão do referido atraso, cujo assunto continuará sendo objeto de monitoramento contínuo pela Administração.

2 Base de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de mensuração e de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 3 de março de 2017.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros (Nota Explicativa nº 06), a determinação da vida útil dos bens para o cálculo da depreciação acumulada do ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 10), o valor presente do Uso do Bem Público (UBP) registrado no ativo intangível e no passivo exigível da Companhia (Nota Explicativa nº 11) e os valores divulgados para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis (Nota Explicativa nº 17). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua, pelo menos anualmente. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre estimativas e julgamentos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

a. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Quando aplicável, a Companhia divulga e/ou reconhece os possíveis riscos para causas cíveis, trabalhistas e fiscais com base na avaliação da probabilidade de perda pelos assessores jurídicos e que inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente.

b. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros, representados pelas aplicações financeiras e demais numerários mantidos em Caixa.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou o passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou o passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

3 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

b. Aplicações financeiras

A Companhia possui aplicações financeiras em operações compromissadas do Banco do Brasil. Os recursos são resgatáveis em qualquer momento sem perda efetiva, indexados à taxa média de 98% do CDI. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos, até a data do balanço, coincidente com o seu valor de realização (vide Nota Explicativa nº 6).

c. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição ou construção, que inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, e está em fase pré-operacional. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados durante o exercício em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas, conforme disciplinam os CPCs 20 (R1) e 27. (Nota Explicativa nº 10).

Os custos subsequentes serão incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo imobilizado formam parte do custo de tal ativo. Outros custos de empréstimos são reconhecidos como despesa financeira.

Tendo em vista a fase pré-operacional em que se encontra a Companhia, tanto a vida útil quanto a eventual valor residual dos ativos relacionados à UHE SINOP ainda não foram estabelecidos para fins de reconhecimento da depreciação dos bens.

Depreciação de ativos tangíveis

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

- Benfeitorias 30 anos
- Máquinas e equipamentos 6 anos
- Móveis e utensílios 16 anos
- Veículos 7 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são determinados pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 674/2015 da ANEEL. A Companhia considera que a vida útil estimada de cada ativo é semelhante às taxas de depreciação determinadas pela ANEEL, as quais são tidas pelo mercado como aceitáveis por expressar adequadamente o tempo de vida útil dos bens.

d. Intangível

Ativos intangíveis com vidas úteis definidas, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos.

Os montantes relacionados ao Uso do Bem Público (UBP) foram determinados com base no valor presente do fluxo de pagamentos desse direito de exploração do potencial hidráulico. A amortização será iniciada quando da entrada em operação da Usina.

Os softwares corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para torná-los prontos para serem utilizados, amortizados durante sua vida útil estimável.

Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. (Nota Explicativa nº 11).

Amortização de ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vidas úteis definidas, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos.

Os montantes relacionados ao Uso do Bem Público (UBP) foram determinados com base no valor presente do fluxo de pagamentos desse direito de exploração do potencial hidráulico. A amortização será iniciada quando da entrada em operação da Usina.

Os softwares corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para torná-los prontos para serem utilizados, amortizados durante sua vida útil estimável.

Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

e. Classificação entre circulante e não circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 (doze) meses subsequentes à data das demonstrações financeiras são considerados como não circulantes.

f. Perda por redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável. A Administração identificou indícios para a avaliação de eventual redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, porém, os cálculos não revelaram perdas a serem reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia (Nota Explicativa nº 11).

Ativos Financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada, data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Não foram identificados indícios de redução ao valor recuperável de ativos financeiros a serem reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia.

g. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Os encargos de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados com base nas leis fiscais, ou substancialmente promulgados na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda em relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriadas, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre os prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social, assim como sobre as diferenças temporárias (quando aplicável), decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e dos passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto promulgadas, ou substancialmente

promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

h. Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para a solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação passa a ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revista e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 e consideram as premissas definidas pela Administração da Entidade e seus assessores jurídicos (Nota Explicativa nº 17).

i. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos na categoria de empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal de suas atividades, e são classificadas como passivo circulante se o pagamento

for devido no curso normal, por até 12 meses. Após esse período, são apresentadas no passivo não circulante. Os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, se necessário, mensurados pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros (Nota Explicativa nº 12).

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto, ou capitalizados (conforme o caso), utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante e não circulante, caso a Companhia tenha o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. (Nota Explicativa nº 16).

Os custos de empréstimos e financiamentos, diretamente relacionados com a aquisição ou construção de um ativo que requeira um tempo significativo para ser concluído para fins de uso, são capitalizados de forma líquida como parte do custo do correspondente ativo.

Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados em despesa no exercício em que ocorrerem. Custos de empréstimos e financiamentos compreendem juros e outros custos incorridos por uma companhia em conexão ao empréstimo.

Instrumento Patrimonial - Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital

Os adiantamentos para futuro aumento de capital foram classificados como instrumentos patrimoniais, registrados no patrimônio líquido, em decorrência do acordo contratual firmado. (Nota Explicativa nº 18).

4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A adoção antecipada não é permitida pelos CPCs.

Iniciativa de divulgação (alterações ao CPC 26)

As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada não é permitida pelos CPCs.

Para atender aos novos requerimentos de divulgação, a Companhia pretende apresentar uma reconciliação entre os saldos de abertura e fechamento de passivos com mudanças decorrentes de atividades de financiamento.

Reconhecimento de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas (alterações ao CPC 32)

As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo. As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, a adoção antecipada não é permitida pelos CPCs. A Companhia está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras e, até agora, não espera nenhum impacto significativo.

CPC 47 - Receita de contrato de clientes

O CPC 47 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita, refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e US GAAP quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e portanto, qualquer impacto será a partir da data em que a usina entrar em operação, não tendo assim impacto retrospectivo.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros

As alterações no CPC 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros.

O CPC 48 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, adoção antecipada não é permitida. Até agora, a Companhia não espera qualquer impacto significativo.

5 Caixa e equivalentes de caixa

| | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---------------------|---------------|------------|
| Fundo fixo de caixa | 3 | 3 |
| Banco do Brasil | 23.474 | 28 |
| Banco Itaú | 2.071 | 10 |
| Banco Bradesco | 64 | - |
| | <u>25.612</u> | <u>41</u> |

Os recursos disponíveis na rubrica "Caixa e Equivalentes de Caixa" são utilizados para pagamento das obrigações de curto prazo da Companhia.

6 Aplicações financeiras

| | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---------------------------------|----------------|---------------|
| Banco do Brasil - BB Amplo | - | 1.468 |
| Banco do Brasil - CDB | - | 23.656 |
| Banco do Brasil - Compromissada | 239.623 | - |
| Banco BNP Paribas Brasil - CDB | - | 7.752 |
| | <u>239.623</u> | <u>32.876</u> |

A Companhia possui aplicações financeiras em operações compromissadas do Banco do Brasil. Os recursos são resgatáveis em qualquer momento sem perda, indexados à taxa média de 98% do CDI.

O saldo em 31 de dezembro de 2016 aplicado é substancialmente derivado do *funding* com o BNDES e será utilizado conforme cronograma de desembolso do empreendimento.

7 Adiantamentos

| | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|------------------------------|------------|------------|
| Adiantamentos a funcionários | 126 | 93 |
| Outros | 106 | 64 |
| | <u>232</u> | <u>157</u> |

8 Tributos e contribuições a recuperar

| | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|-----------------------------------|--------------|--------------|
| ICMS antecipado (a) | 952 | 206 |
| PIS a recuperar (b) | 485 | 216 |
| COFINS a recuperar (b) | 2.178 | 969 |
| ISS a recuperar | 66 | - |
| IRRF sobre aplicações financeiras | 1.200 | 1.972 |
| Imposto de renda a recuperar | - | 14 |
| | <u>4.881</u> | <u>3.377</u> |

- (a) A Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso (SEFAZ-MT) lança em conta-corrente de ICMS e cobra de forma antecipada todos os valores relativos à emissão das notas fiscais eletrônicas, por estar a Companhia enquadrada no regime de recolhimento do ICMS por Estimativa Simplificada e Diferencial de Alíquota antecipada.
- (b) A Companhia credita-se do PIS e da COFINS não cumulativos referentes aos serviços prestados na área de meio ambiente, faturas de energia elétrica, locações e depreciação acumulada.

9 Ativo fiscal diferido

| | | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---------------------|-----|--------------|--------------|
| Imposto de Renda | 25% | 4.732 | 2.029 |
| Contribuição Social | 9% | 1.704 | 738 |
| Total | | 6.436 | 2.767 |

Com base na expectativa de lucros tributários futuros, a Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição diferidos sobre o prejuízo fiscal do período, conforme a seguir:

| | | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|--|-----------------|-----------------|----------------|
| Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social | Alíquota | (10.811) | (8.167) |
| Adições | | 90 | 42 |
| Imposto de Renda | 25% | 2.704 | 2.029 |
| Contribuição Social | 9% | 965 | 738 |
| Total | | 3.669 | 2.767 |

A estimativa de recuperação é revisada anualmente por ocasião do encerramento do exercício.

10 Imobilizado

Movimento do imobilizado em 2016:

| Geração | | Saldos em 31/12/2015 | Adições | Ajustes | Depreciação | Transferências | Saldos em 31/12/2016 |
|--|-----|----------------------|----------------|--------------|--------------|----------------|----------------------|
| Em curso | | | | | | | |
| Terrenos | | 5.035 | 34.181 | - | - | - | 39.216 |
| Edificações, obras e benfeitorias a ratear | | 448.952 | 256.249 | (56) | - | 197.696 | 902.841 |
| Reservatórios, barragens e adutoras a ratear | | 13.733 | 31.187 | - | - | 1.421 | 46.341 |
| Máquinas e equipamentos a ratear | | 11.450 | 28.046 | - | - | 105.471 | 144.967 |
| Estudos de projetos a ratear | (a) | 23.574 | - | - | - | - | 23.574 |
| Adiantamentos Fatura Pro Forma | (b) | 186.414 | 68.549 | - | - | (142.400) | 112.563 |
| | | 689.158 | 418.212 | (56) | - | 162.188 | 1.269.502 |
| Medições | (c) | 44.923 | 37.183 | - | - | (48.447) | 33.659 |
| Adiantamentos a fornecedores | (d) | 113.833 | - | - | - | (113.741) | 92 |
| Juros capitalizados | (e) | 25.419 | 69.769 | - | - | - | 95.188 |
| Total geração | | 873.333 | 525.164 | (56) | - | - | 1.398.441 |
| Administração | | | | | | | |
| Em serviço | | 617 | 328 | (82) | - | - | 863 |
| Depreciação acumulada | | (176) | - | - | (170) | - | (346) |
| Total administração | | 441 | 328 | (82) | (170) | - | 517 |
| Total imobilizado | | 873.774 | 525.492 | (138) | (170) | - | 1.398.958 |

Movimento do imobilizado em 2015:

| Geração | | Saldos em 31/12/2014 | Adições | Ajustes | Depreciação | Transferências | Saldos em 31/12/2015 |
|--|-----|-------------------------|-----------------------|-----------------|---------------------|-----------------------|-------------------------|
| Em curso | | | | | | | |
| Terrenos | | 36 | 7.532 | - | - | (2.533) | 5.035 |
| Edificações, obras e benfeitorias a ratear | | - | - | - | - | 448.952 | 448.952 |
| Reservatórios, barragens e adutoras a ratear | | - | - | - | - | 13.733 | 13.733 |
| Máquinas e equipamentos a ratear | | - | - | - | - | 11.450 | 11.450 |
| Plano básico | | 1.163 | 10.520 | - | - | (11.683) | - |
| Plano básico ambiental | | 9.316 | 4.418 | - | - | (13.734) | - |
| Edificações, obras e benfeitorias | | 192 | 822 | - | - | (1.014) | - |
| Móveis e utensílios | | 5 | - | - | - | (5) | - |
| Estudos de projetos a ratear | (a) | 23.574 | - | - | - | - | 23.574 |
| Adiantamentos Fatura Pro Forma | (b) | 144.609 | 429.536 | - | - | (387.731) | 186.414 |
| | | <u>178.895</u> | <u>452.528</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>57.435</u> | <u>689.158</u> |
| Medições | (c) | <u>49.573</u> | <u>44.923</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(49.573)</u> | <u>44.923</u> |
| Adiantamentos a fornecedores | (d) | <u>118.268</u> | <u>1.670</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(6.105)</u> | <u>113.833</u> |
| Juros capitalizados | (e) | <u>-</u> | <u>25.419</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>25.419</u> |
| Total geração | | <u>346.736</u> | <u>524.840</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>1.757</u> | <u>873.733</u> |
| Administração | | | | | | | |
| Em serviço | | 763 | 1.611 | - | - | (1.757) | 617 |
| Depreciação acumulada | | (19) | - | - | (157) | - | (176) |
| Total administração | | <u>744</u> | <u>1.611</u> | <u>-</u> | <u>(157)</u> | <u>(1.757)</u> | <u>441</u> |
| Total imobilizado | | <u>347.480</u> | <u>526.451</u> | <u>-</u> | <u>(157)</u> | <u>-</u> | <u>873.774</u> |

A vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos nas Resoluções ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, e nº 674, de 11 de agosto de 2015. A Administração da Companhia entende que as estimativas de vidas úteis e os métodos de depreciação determinados pela ANEEL são adequados.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possuía bens penhorados ou bloqueados judicialmente.

- Referem-se, substancialmente, aos investimentos iniciais realizados nas fases de estudo, inventário e viabilidade realizados na UHE Sinop, considerados como custo da obra, estabelecidos no contrato de concessão, em consonância com as regras contábeis, societárias e regulatórias.
- Referem-se, substancialmente, aos adiantamentos de recursos aos principais fornecedores envolvidos na construção da UHE Sinop.
- A rubrica destina-se ao reconhecimento dos custos incorridos na construção da UHE Sinop, cujos pagamentos aos fornecedores ainda não ocorreram. O reconhecimento do ativo é mensurado com base em laudos de engenharia.
- Referem-se, substancialmente, aos custos iniciais incorridos antes da fase de construção da UHE Sinop já pagos aos fornecedores.
- Referem-se, substancialmente, aos encargos sobre os empréstimos (CPC 27) e as receitas financeiras (CPC 20) incorridos na fase de construção da UHE Sinop.

- f. Em 31 de dezembro de 2016, o montante total de adições de imobilizado que não envolveram caixa foi de R\$ 50.187 (R\$ 77.100 em 2015).

Considerando o atraso da conclusão da obra da UHE SINOP conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Companhia efetuou o cálculo do valor em uso dos ativos integrantes do empreendimento por meio de fluxo de caixa futuro descontado, e não foram reveladas perdas ao valor recuperável dos ativos a serem reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Com relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não foram observadas situações de indícios de redução ao valor recuperável dos ativos integrantes do empreendimento objeto do contrato de concessão de 01/2014-MME-UHE-Sinop.

A taxa média anual de desconto utilizada no referido fluxo de caixa projetado foi de 12,78%.

11 Intangível

| | Saldos em 31/12/2015 | Adições (+) | Baixas (-) | Amortização (-) | Ajustes | Saldos em 31/12/2016 |
|------------------------------|-------------------------|--------------|------------|-----------------|-----------|-------------------------|
| Geração | | | | | | |
| Em curso - UBP (a) | 19.807 | 1.384 | - | - | - | 21.191 |
| Total - Geração | 19.807 | 1.384 | - | - | - | 21.191 |
| Administração Central | | | | | | |
| Em serviço (b) | 616 | 318 | - | - | 56 | 990 |
| Amortização acumulada | (286) | - | - | (195) | - | (481) |
| Total - Administração | 330 | 318 | - | (195) | 56 | 509 |
| Total | 20.137 | 1.702 | - | (195) | 56 | 21.700 |

* Saldo referente ao registro no intangível de *software*.

- (a) Geração - Em curso - UBP
Como pagamento pelo UBP, a Companhia recolherá à União parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual de R\$ 1.500 (um milhão e quinhentos mil reais). O início da amortização e a primeira parcela serão pagas a partir da operação comercial da primeira Unidade Geradora da UHE, atestada pela Fiscalização da ANEEL, ou a partir do início da entrega da energia objeto de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), o que ocorrer primeiro, até o 35º ano da Concessão.

O pagamento será atualizado anualmente ou com a periodicidade que a lei permitir, utilizando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A obrigação foi registrada no passivo não circulante em contrapartida ao intangível a valor presente, decorrente da obtenção da Licença de Instalação do empreendimento. Os encargos sobre o correspondente passivo estão sendo capitalizados ao ativo em construção. A amortização do UBP iniciará quando a Companhia entrar em atividade operacional e será calculada de forma linear conforme o prazo da concessão.

- (b) Administração - Em serviço
Saldo referente ao registro no intangível de *software*.

12 Fornecedores

O saldo de fornecedores é composto por faturamento e provisões relacionadas à construção da UHE Sinop e à manutenção das atividades administrativas da Companhia.

| | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|--------------------------------------|---------------|---------------|
| Fornecedores de serviços e materiais | 43.086 | 58.641 |
| Fundiário | 1.579 | - |
| Contas a pagar | 238 | 65 |
| Seguros a pagar | 4.136 | 4.000 |
| | <u>49.039</u> | <u>62.706</u> |

13 Tributos e contribuições a recolher

| | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|------------------------------|--------------|--------------|
| FGTS a recolher | 102 | 83 |
| INSS a recolher | 349 | 494 |
| IR - Outros | 6 | 21 |
| IR sobre salários | 277 | 222 |
| IR sobre serviços PJ | 150 | 204 |
| ISSQN a recolher (a) | 6.186 | 1.088 |
| PIS/COFINS e CSLL a recolher | 210 | 261 |
| | <u>7.280</u> | <u>2.373</u> |

- (a) Refere-se substancialmente a ISSQN decorrente de serviços prestados pela Construtora Triunfo S.A. relacionado a *downpayment* e medições.

14 Obrigações trabalhistas

| | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|-----------------------------------|--------------|--------------|
| Provisão de férias | 1.229 | 861 |
| Encargos sobre provisão de férias | 454 | 317 |
| | <u>1.683</u> | <u>1.178</u> |

15 Debêntures a pagar

Os saldos de debêntures e respectivos encargos de dívidas são compostos da seguinte forma:

Em 31 de dezembro de 2015:

| Debenturistas e Garantidores | Encargos | Principal | Encargos de dívidas | Total |
|--|---------------|----------------|---------------------|----------------|
| Banco do Brasil - Banco de Investimento S.A. | | 76.500 | 9.652 | 86.152 |
| Banco BNP Paribas Brasil S.A. | 1,2% + CDI | 223.500 | 22.525 | 246.025 |
| Total das Debentures | | <u>300.000</u> | <u>32.177</u> | <u>332.177</u> |

A Companhia quitou as debêntures em 20 de setembro de 2016 com o banco mandatário Itaú Corretora de Valores S.A. no valor de R\$ 372.777, compostos pelos valores de R\$ 300.000 do principal e R\$ 72.777 de encargos. Um novo *funding* foi obtido em continuidade ao financiamento parcial do empreendimento, cujo detalhamento está sendo evidenciado na Nota Explicativa a seguir.

16 Financiamento BNDES - LP

Em razão da liquidação das debêntures conforme mencionado na Nota Explicativa anterior, a Companhia, em 11 de agosto de 2016, contratou junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) crédito de R\$ 1,046 bilhão destinados a implantação da Usina Hidrelétrica Sinop (UHE Sinop) e programas de investimentos sociais, objeto do contrato de concessão nº 01/2014-MME.

Esse financiamento está atualizado pelos juros e encargos financeiros, determinados no contrato, incorridos até a data das demonstrações financeiras. Os referidos encargos são apropriados, líquidos das receitas geradas pelas aplicações financeiras que excedam o caixa, no ativo imobilizado, pois são decorrentes de financiamentos utilizados exclusivamente para aquisição de imobilizado em formação (Nota Explicativa nº 10).

| | Encargos | Principal | Encargos da dívida | Total |
|-------------------------------|-------------|----------------|--------------------|----------------|
| Subcrédito A | 2,88% a.a.+ | 706.397 | 17.773 | 724.170 |
| Atualização | TJLP | - | 15.979 | 15.979 |
| Total do financiamento | | 706.397 | 33.752 | 740.149 |

No terceiro trimestre de 2016, a Companhia recebeu parcialmente o primeiro subcrédito do BNDES, no valor líquido de R\$ 486.433. Os encargos e as comissões sobre a operação totalizaram R\$ 13.567.

No quarto trimestre de 2016, a Companhia recebeu parcialmente outra parte do primeiro subcrédito do BNDES, no valor líquido de R\$ 219.963. Os encargos sobre a operação totalizaram R\$ 4.207.

O contrato de financiamento com o BNDES é dividido em quatro subcréditos. As parcelas serão amortizadas em 240 prestações: a primeira com vencimento em 15 de julho de 2018 e a última em 15 de junho de 2038.

| Subcréditos | Valor | Juros | Destino |
|--------------|------------------|-------------------|--|
| A | 970.000 | 2,88% a.a. + TJLP | Investimentos na UHE Sinop |
| B | 43.000 | 2,88% a.a. + TJLP | Investimentos na UHE Sinop |
| C | 28.000 | 2,88% a.a. + TJLP | Investimentos na UHE Sinop |
| D | 5.000 | TJLP | Implantação de projetos e programas de Investimentos Sociais de Empresas |
| Total | 1.046.000 | | |

O restante dos subcréditos estão previstos para as datas abaixo em função das necessidades para realização do projeto.

| Período | Subcréditos | | | | TOTAL |
|--------------|----------------|---------------|---------------|--------------|----------------|
| | A | B | C | D | |
| Mar/17 | 57.644 | - | - | 910 | 58.554 |
| Jun/17 | 74.935 | - | - | 1.183 | 76.118 |
| Set/17 | 92.200 | - | - | 1.455 | 93.655 |
| Dez/17 | 21.051 | 31.871 | - | 835 | 53.757 |
| Mar/18 | - | 11.129 | 11.998 | 365 | 23.492 |
| Jun/18 | - | - | 9.656 | 152 | 9.808 |
| Set/18 | - | - | 4.334 | 68 | 4.402 |
| Dez/18 | - | - | 1.006 | 16 | 1.022 |
| Mar/19 | - | - | 1.006 | 16 | 1.022 |
| TOTAL | 245.830 | 43.000 | 28.000 | 5.000 | 321.830 |

Demonstrativo do saldo do financiamento por ano (principal + juros)

| Exercício | Total |
|-----------|----------------|
| 2018 | 18.504 |
| 2019 | 37.007 |
| 2020 | 37.007 |
| 2021 | 37.007 |
| 2022 | 37.007 |
| 2023 | 573.617 |
| | 740.149 |

Como garantia da operação, a Companhia cederá, conforme contrato de cessão fiduciária em favor do BNDES, em caráter irrevogável e irretroatável, até o final da liquidação de todas as obrigações, a totalidade dos direitos creditórios de que é titular, incluindo ainda outras garantias.

O contrato possui cláusula restritiva (*covenant*) que determina a manutenção, durante todo período de amortização do financiamento, de Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20% (vinte por cento) e manutenção do Índice de Cobertura o Serviço da Dívida (ICSD) a partir da Geração de Caixa da Atividade de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos), que deverá ser calculado com base nas demonstrações financeiras auditadas.

O contrato possui ainda outras cláusulas de covenants e a Administração da Companhia declara que os covenants estão sendo cumpridos sem exceção na data base das demonstrações financeiras.

17 Riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia discute temas que, na opinião de seus assessores legais, têm a probabilidade de perda classificada como “possível” e, conseqüentemente, não há provisionamento de valores em conformidade com as normas de contabilidade adotadas. Em 31 de dezembro de 2016, o valor envolvido estimado para todas as ações judiciais e administrativas é de R\$ 1,7 milhões (R\$ 1 milhão em 2015), tais como: processos trabalhistas (envolvendo contratação de empresas terceirizadas e a Companhia figurada no polo passivo como litisconsorte e eventual possibilidade de condenação solidária ou subsidiária) e regulatórios/ambientais - Ação Civil Pública (ACP), tendo em vista que as ACPs questionam apenas o licenciamento do EIA/RIMA.

Nesse sentido, os valores envolvidos dependerão das apurações de eventuais danos, que poderão ser caracterizados pelo juiz em sentença em caso de procedência da ação, além de estarem sujeitos à confirmação pelas demais instâncias judiciais e deverão ser liquidados e quantificados em sede e momento oportunos, não estando necessariamente vinculados ao valor dado à causa.

Abaixo estão demonstradas as contingências classificadas com probabilidade de perda possível:

| | 31/12/2015 | Reversões | Pagamentos/ Baixas | 31/12/2016 |
|---------------------|--------------|------------|-----------------------|--------------|
| Trabalhistas (a) | - | 466 | - | 466 |
| Cíveis e outras (b) | 1.210 | - | - | 1.210 |
| Total | 1.210 | 466 | - | 1.676 |

a) Trabalhistas

As contingências trabalhistas classificadas como perda possível de maior relevância avaliadas pela Companhia estão relacionadas a ao reconhecimento vínculo empregatício, verbas rescisórias e seus reflexos, horas extraordinárias e seus reflexos, horas in itinere, indenização por dano moral decorrente do pagamento incorreto das verbas rescisórias, multas dos artigos 467 e 477 da CLT.

b) Cíveis e outras

A contingência cível classificadas como perda possível de maior relevância para a Companhia referem-se ação civil pública na qual o MPF alega irregularidade no Processo de Licenciamento da Usina Hidrelétrica Sinop e assevera que seria nula as Licenças de Instalação expedidas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA/MT, uma vez que teriam sido emitidas sem que as condicionantes da Licença Prévia nº 301901/2012 fossem cumpridas.

Embora concedida a liminar na ação para suspender o licenciamento ambiental da UHE Sinop, tal decisão foi suspensa por decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em sede de Agravo de Instrumento, bem como em sede de Suspensão de Liminar. Importante ressaltar que a Suspensão de Liminar possui eficácia até o trânsito em julgado da decisão de mérito do caso.

18 Capital social

Em 31 de dezembro de 2016, o valor total de capital social integralizado é de R\$ 565 milhões (R\$ 372,6 milhões em 2015), que compreende 565.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 1.050.185.348 (R\$ 665 milhões em 2015), até o limite de 1.050.185.348 de ações ordinárias.

Em 24 de junho 2016, a Companhia aumentou seu capital social para R\$ 565 milhões representado pela emissão de 565.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

A estrutura societária da Companhia está assim representada:

| Acionistas | Subscrito e integralizado | Autorizado | Participação |
|--|---------------------------|----------------------|---------------|
| Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte | 138.425 | 257.295.410 | 24,5% |
| Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF | 138.425 | 257.295.410 | 24,5% |
| Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. | 288.150 | 535.594.528 | 51,0% |
| | <u>565.000</u> | <u>1.050.185.348</u> | <u>100,0%</u> |

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia mantém em seus registros contábeis o saldo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) o valor de R\$ 328 milhões (R\$ 150 milhões em 2015).

| Acionistas | AFAC | Participação |
|--|----------------|---------------|
| Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte | 80.360 | 24,5% |
| Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF | 80.360 | 24,5% |
| Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. | 167.280 | 51,0% |
| | <u>328.000</u> | <u>100,0%</u> |

De acordo com o contrato do AFAC, de caráter irrevogável e irrevogável, as concedentes (Eletronorte, CHESF e Usina Termelétrica Norte Fluminense) comprometem-se a votar em AGE a favor do aumento de capital correspondente ao presente AFAC, bem como a subscrever e integralizar, mediante a capitalização do AFAC, o aumento de Capital na proporção de 1 (uma) ação para cada R\$ 1,00 (um real) adiantado. Esse AFAC, enquanto não capitalizado, é considerando um instrumento diluidor do lucro por ação.

a. Prejuízo por ação

O cálculo do prejuízo básico por ação foi baseado no prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

| | 2016 | 2015 |
|---|-----------------|-----------------|
| Prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias | <u>(7.142)</u> | <u>(5.400)</u> |
| Média ponderada de ações ordinárias em circulação | <u>484.849</u> | <u>372.637</u> |
| Prejuízo por ação (básico) - Em reais | <u>(0,0147)</u> | <u>(0,0145)</u> |
| Prejuízo por ação (diluído) - Em reais | <u>(0,0147)</u> | <u>(0,0145)</u> |

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o prejuízo por ação diluído representa o mesmo montante que o básico, uma vez que o efeito dos instrumentos que representam ações ordinárias potenciais emitidos nos exercícios de 2016 e 2015 (AFACs) seria antidiluidor por reduzir o prejuízo por ação.

19 Pessoal, encargos e benefícios

| | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|-------------------------------|----------------|----------------|
| Remuneração de empregados (a) | (3.830) | (3.460) |
| Encargos trabalhistas (b) | (1.427) | (1.256) |
| Benefícios a empregados (c) | (1.144) | (1.106) |
| | <u>(6.401)</u> | <u>(5.822)</u> |

20 Serviços de terceiros

| | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---|----------------|----------------|
| Consultorias, honorários advocatícios e contábeis | (920) | (1.419) |
| Telefone, Internet, água e energia elétrica | (258) | (224) |
| Manutenção e instalação de equipamentos e sistema ERP | (610) | (544) |
| Monitoramento e vigilância | (191) | (108) |
| Transportes | (41) | (141) |
| Outros | (266) | (297) |
| | <u>(2.286)</u> | <u>(2.733)</u> |

21 Resultado financeiro

| | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---------------------------------|--------------|--------------|
| Receitas financeiras | | |
| Renda de aplicações financeiras | 823 | 2.759 |
| Descontos obtidos | 2 | - |
| Variações monetárias | 123 | 19 |
| Sub-total | <u>948</u> | <u>2.778</u> |
| Despesas financeiras | | |
| IOF | (522) | (42) |
| Juros e multas | (193) | (25) |
| Outras despesas financeiras | (4) | (16) |
| Sub-total | <u>(719)</u> | <u>(83)</u> |
| | <u>229</u> | <u>2.695</u> |

Durante o ano de 2015, a Companhia manteve saldos em contas de aplicações financeiras referente aos aportes de capital social e AFACs pelos acionistas. Em 2016, a maior parte dos saldos mantidos em contas de aplicações financeiras foram provenientes das emissões de debêntures e os rendimentos foram deduzidos dos custos de empréstimos capitalizados durante o exercício em que as atividades relacionadas foram executadas, conforme disciplinam os CPC 20 (R1) e 27.

Em 2016 os valores pagos de IOF pela Companhia originaram-se dos saldos das aplicações financeiras que permaneceram por menos de 30 dias aplicados.

22 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia possuía como partes relacionadas os seguintes entes:

- Controladores
- Administradores.

Os Controladores da Companhia são: Usina Termelétrica Norte Fluminense (UTENF), Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte e a EDFI Electricité de France Internacional (EDF) e Centrais Elétricas Brasileiras S.A (ELETROBRAS), controladoras finais.

Controladores

| Empresas | Natureza da operação | 31/12/2016 | | | 31/12/2015 | | |
|--------------------|----------------------|------------|----------------|-----------|------------|---------------|-----------|
| | | Ativo | Passivo | Resultado | Ativo | Passivo | Resultado |
| | Contas a pagar | - | - | - | - | 197 | - |
| | AFAC | - | 167.280 | - | - | 76.500 | - |
| UTNF | | - | 167.280 | - | - | 76.697 | - |
| | AFAC | - | 80.360 | - | - | 36.750 | - |
| CHESF | | - | 80.360 | - | - | 36.750 | - |
| | AFAC | - | 80.360 | - | - | 36.750 | - |
| ELETRONORTE | | - | 80.360 | - | - | 36.750 | - |

Remuneração da Administração

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade da Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, bem como sua distribuição.

A Companhia aplica somente a política de remuneração fixa a seus administradores.

| | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---------------------|--------------|--------------|
| Remuneração (a) | 1.478 | 1.268 |
| Benefício (b) | 363 | 407 |
| Conselho Fiscal (c) | 124 | 97 |
| Total | 1.965 | 1.772 |

- (a) Composta por ordenados e salários, provisão de férias e 13º salário.
- (b) Composto por benefícios concedidos, tais como assistência médica, seguro de vida, entre outros.
- (c) Início dos pagamentos aos Conselheiros em agosto de 2015.

23 Gestão de riscos dos instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia não mantinha contrato envolvendo operações com instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros não derivativos estão representados pelas rubricas “Caixa e equivalentes de caixa”, “Aplicações Financeiras”, “Adiantamento a Fornecedores”, “Fornecedores” e demais passivos financeiros. Seus valores contábeis encontram-se próximos aos respectivos valores justos na data-base das informações financeiras.

Gestão de riscos

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, e os riscos inerentes à sua fase atual podem ser assim identificados:

Risco de crédito

Por estar em período pré-operacional, a Companhia não depende dos recebíveis de sua carteira de clientes nesse momento. Contudo, está exposta a riscos de crédito associados à sua carteira de numerários mantidos com instituições financeiras.

A Administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente, levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia mantém suas aplicações financeiras concentradas no Banco do Brasil.

A Companhia possui aplicações CDB-DI e não há valores mínimos ou máximos para movimentação e permanência e não há carência para o resgate.

Não é identificado no momento nenhum indício de *impairment* na sua carteira de ativos exposta ao risco de crédito, representada substancialmente pelos numerários mantidos com instituições financeiras (Notas Explicativas nºs 5 e 6).

Risco de preço

As receitas da Companhia, quando do início de suas operações comerciais, serão, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA.

Risco de taxa de juros

A Companhia está limitada aos efeitos da volatilidade de indexadores de preços e moeda no seu fluxo de caixa esperado, uma vez que aproximadamente 65% de seus compromissos contratuais representados pelo financiamento com o BNDES estão atrelados ao índice da TJLP e 100% de seus contratos de venda de energia futura estão comercializados no Ambiente de Comercialização Regulado atrelados ao IPCA.

No que tange ao risco de taxas de juros de seus contratos de financiamento, a Companhia já contratou os empréstimos para financiamento do projeto pelo BNDES com as seguintes condições: Prazo de 20 (vinte) anos, com os juros baseados na TJLP + 2,88% a.a. As condições desse financiamento estão atreladas a juros prefixados, tornando o passivo financeiro da Companhia pouco exposto às oscilações (volatilidade) de taxas de juros de mercado.

Risco de liquidez

Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal que proporcione a maximização da criação de valor para os acionistas. Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. O detalhamento da dívida e dos prazos de financiamento de longo prazo da Companhia perante o BNDES estão evidenciados na Nota Explicativa nº 16.

A Companhia está em fase pré-operacional (em construção), e dentro do plano de negócios que prevê todo o período futuro de concessão da Companhia, a Administração prevê que sua rentabilidade futura será suficiente para proporcionar a recuperação dos investimentos realizados e honrar todos os compromissos assumidos. A Companhia vem despendendo de quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação e necessitará de recursos financeiros dos seus acionistas e/ou de terceiros para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Sinop (“UHE Sinop”). A Administração da Companhia, por meio de seus acionistas, avalia as alternativas de financiamento, de curto ou longo prazos, incluindo a possibilidade de aporte complementar de recursos financeiros dos acionistas controladores.

Estimativa do valor justo

Os ativos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

| | <u>31/12/2016</u> | <u>31/12/2015</u> |
|---------------------------------|-------------------|-------------------|
| ATIVOS FINANCEIROS | | |
| Empréstimos e recebíveis | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 25.612 | 41 |
| Aplicações financeiras | 239.623 | 32.876 |

O valor justo não foi divulgado pois ele é razoavelmente igual ao valor contábil.

Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

O passivo financeiro da Companhia está atrelado majoritariamente à variação da TJLP, índice de reajuste do contrato de financiamento perante o BNDES.

Os CPCs 38, 39 e 40 (R1) dispõem sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta com as instituições financeiras na data-base de 31 de dezembro de 2016, foram definidos três cenários diferentes, considerando as projeções de longo prazo para as taxas de CDI e TJLP divulgadas pelo Bradesco, foram definidos os cenários prováveis para os próximos 12 meses e, a partir daí, calculadas variações de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2017. A data-base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2016, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade destes em cada cenário.

ATIVOS:

Risco na depreciação da taxa de juros:

| | Saldo em 31/12/2016 | Risco | Cenário I Provável | Cenário II -25% | Cenário III -50% |
|------------------------------------|------------------------|-------|-----------------------|--------------------|---------------------|
| Aplicações | 241.694 | | 264.364 | 258.697 | 253.029 |
| Receita financeira projetada anual | | | 22.671 | 17.003 | 11.335 |
| Taxa sujeita a variação | | | 9,4% | 7,0% | 4,7% |
| Variação - R\$ | | CDI | | (5.668) | (11.335) |

PASSIVOS

Risco na apreciação da taxa de juros:

| | Saldo em 31/12/2016 | Risco | Cenário I Provável | Cenário II 25% | Cenário III 50% |
|--|------------------------|-------|-----------------------|-------------------|--------------------|
| Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) | 740.149 | | 796.400 | 810.463 | 824.526 |
| Despesa financeira projetada | | | 56.251 | 70.314 | 84.377 |
| Taxa de juros | | | 7,6% | 9,5% | 11,4% |
| Variação - R\$ | | TJLP | | 14.063 | 28.126 |

Risco na Depreciação da taxa de juros:

| | Saldo em 31/12/2016 | Risco | Cenário I Provável | Cenário II -25% | Cenário III -50% |
|--|------------------------|-------|-----------------------|--------------------|---------------------|
| Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) | 740.149 | | 794.920 | 808.613 | 822.306 |
| Despesa financeira projetada | | | 54.771 | 68.464 | 82.157 |
| Variação - R\$ | | TJLP | 7,4% | 5,6% | 3,7% |
| | | | | 13.693 | 27.386 |

| | | |
|-----------------|----|--------|
| Premissas: | | |
| TJLP - Passivos | a. | 7,4' |
| CDI - Ativos | a. | 13,63' |

24 Cobertura de seguros

Como condição para a participação no Leilão nº 006/2013-ANEEL (A5), a Companhia foi requerida a contratar Seguro-Garantia em favor da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). A apólice contratada, perante a J Malucelli Seguradora, visa a garantir a execução das obras de implantação do empreendimento UHE Sinop com potência instalada mínima de 400 MW, em conformidade com o Contrato de Concessão. O seguro contratado cobre até o valor de R\$ 88.871 (oitenta e oito milhões, oitocentos e setenta e um mil reais).

25 Compromissos

Até 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui o montante de R\$ 476.672 de compromissos assumidos, que se referem, basicamente, à contratação de fornecedores de materiais, gastos para compensar o impacto ambiental e serviços para construção e implantação da UHE Sinop, que prevê realizar-se conforme cronograma do empreendimento.

| Principais Contratos | Saldo em 31/12/2015 | Adições (Novas contratações) | Baixas (Pagamentos) | Saldo em 31/12/2016 |
|--|------------------------|------------------------------------|------------------------|------------------------|
| Almeida Rotemberg e Boscoli | 807 | - | 134 | 673 |
| Arcadis / Themag | 7.742 | 10.513 | 11.697 | 6.558 |
| Arcadis e Naturae | - | 1.779 | - | 1.779 |
| Archaeo Pesquisas Arqueologicas | 1.429 | - | 1.429 | - |
| Avaliar Consultoria e Projetos | 948 | - | 554 | 394 |
| Biota Projetos e Consultoria Ambiental | - | 12.523 | 712 | 11.811 |
| Borges & Almeida | 691 | 3.444 | 1.383 | 2.752 |
| Carta Cartografia | 2.120 | 0 | 1.660 | 460 |
| Construtora Rocha | - | 406 | 156 | 250 |
| Construtora Triunfo | 498.969 | 164.485 | 273.147 | 390.307 |
| Geocat Geologia | 2.307 | - | 1.127 | 1.180 |
| Intertechne Consultores | 997 | - | 997 | - |
| Juris Ambientis | 892 | 153 | 963 | 82 |
| LHC Construtora | 1.977 | 546 | 2.114 | 409 |
| Penha Construtora Ltda | - | 9.593 | 1.061 | 8.532 |
| Rocha Consultoria | 2.336 | - | 1.065 | 1.271 |
| SEBRAE | 571 | 715 | 598 | 688 |
| W Senise Consultoria | 766 | - | 766 | - |
| TOTAL | 522.552 | 204.157 | 299.563 | 427.146 |

Fluxo de desembolso anual de pagamentos dos compromissos:

| Exercício | Total |
|-----------|----------------|
| 2017 | 345.257 |
| 2018 | 78.889 |
| 2019 | 3.000 |
| | 427.146 |

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

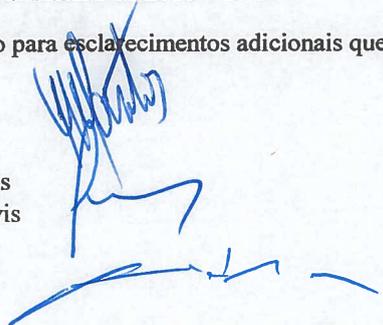
Servimo-nos para, em atenção ao disposto no Art.25, inciso VI da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, declarar que, na qualidade de diretores da Companhia Energética Sinop S.A., revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes (KPMG AUDITORES INDEPENDENTES) relativo às demonstrações financeiras da Companhia, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Permanecemos à inteira disposição para esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Mauro de Almeida Santos
Diretor Administrativo-financeiro

Gustavo Reis Lobo de Vasconcelos
Diretor de Engenharia e Obras Civas

Ricardo Murilo Padilha de Araújo
Diretor de Meio Ambiente



Adicionalmente, informamos os volumes de energia futura contratados para a Companhia, conforme a seguir:

| Contrato | ENERGIA FÍSICA CONTRATADA MW (médio mensal) | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 |
|---------------------------|---|----------|----------|----------|----------|----------|
| Total | 215,80 | 2.589,60 | 2.589,60 | 2.589,60 | 2.589,60 | 2.589,60 |
| Preço de venda contratado | | 109,40 | 109,40 | 109,40 | 109,40 | 109,40 |

| Contrato | ENERGIA FÍSICA CONTRATADA MW (médio mensal) | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 |
|---------------------------|---|----------|----------|----------|----------|----------|
| Total | 215,80 | 2.589,60 | 2.589,60 | 2.589,60 | 2.589,60 | 2.589,60 |
| Preço de venda contratado | | 109,40 | 109,40 | 109,40 | 109,40 | 109,40 |

| Contrato | ENERGIA FÍSICA CONTRATADA MW (médio mensal) | 2028 | 2029 | 2030 | 2031 | 2032 |
|---------------------------|---|----------|----------|----------|----------|----------|
| Total | 215,80 | 2.589,60 | 2.589,60 | 2.589,60 | 2.589,60 | 2.589,60 |
| Preço de venda contratado | | 109,40 | 109,40 | 109,40 | 109,40 | 109,40 |

| Contrato | ENERGIA FÍSICA CONTRATADA MW (médio mensal) | 2033 | 2034 | 2035 | 2036 | 2037 |
|---------------------------|---|----------|----------|----------|----------|----------|
| Total | 215,80 | 2.589,60 | 2.589,60 | 2.589,60 | 2.589,60 | 2.589,60 |
| Preço de venda contratado | | 109,40 | 109,40 | 109,40 | 109,40 | 109,40 |

| Contrato | ENERGIA FÍSICA CONTRATADA MW (médio mensal) | 2038 | 2039 | 2040 | 2041 | 2042 |
|---------------------------|---|----------|----------|----------|----------|----------|
| Total | 215,80 | 2.589,60 | 2.589,60 | 2.589,60 | 2.589,60 | 2.589,60 |
| Preço de venda contratado | | 109,40 | 109,40 | 109,40 | 109,40 | 109,40 |

| Contrato | ENERGIA FÍSICA CONTRATADA MW (médio mensal) | 2043 | 2044 | 2045 | 2046 | 2047 |
|---------------------------|---|----------|----------|----------|----------|----------|
| Total | 215,80 | 2.589,60 | 2.589,60 | 2.589,60 | 2.589,60 | 2.589,60 |
| Preço de venda contratado | | 109,40 | 109,40 | 109,40 | 109,40 | 109,40 |

* * *

Mauro de Almeida Santos
 Diretor-administrativo-financeiro

Gustavo Reis Lobo de Vasconcelos
 Diretor de Engenharia e Obras civis

Ricardo Murilo Padilha de Araújo
 Diretor de Meio Ambiente

Alessandro Camilo da Silva
 Contador
 CRCMT 005078-0/9

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

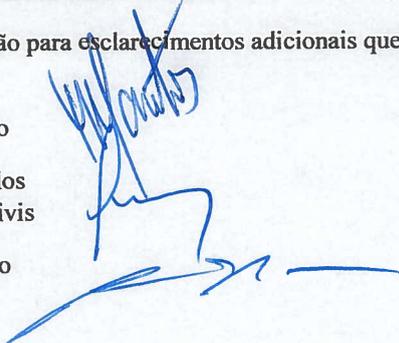
Servimo-nos para, em atenção ao disposto no Art.25, inciso VI da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, declarar que, na qualidade de diretores da Companhia Energética Sinop S.A., revisamos, discutimos e concordamos com as informações contidas das demonstrações financeiras da Companhia, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Permanecemos à inteira disposição para esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Mauro de Almeida Santos
Diretor Administrativo-financeiro

Gustavo Reis Lobo de Vasconcelos
Diretor de Engenharia e Obras Civis

Ricardo Murilo Padilha de Araújo
Diretor de Meio Ambiente



Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

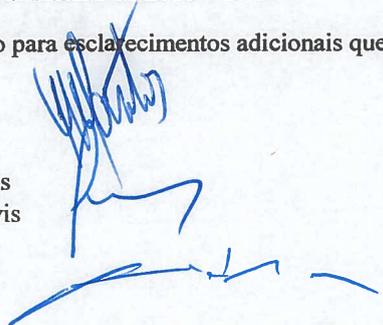
Servimo-nos para, em atenção ao disposto no Art.25, inciso VI da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, declarar que, na qualidade de diretores da Companhia Energética Sinop S.A., revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes (KPMG AUDITORES INDEPENDENTES) relativo às demonstrações financeiras da Companhia, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Permanecemos à inteira disposição para esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Mauro de Almeida Santos
Diretor Administrativo-financeiro

Gustavo Reis Lobo de Vasconcelos
Diretor de Engenharia e Obras Civas

Ricardo Murilo Padilha de Araújo
Diretor de Meio Ambiente



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Energética Sinop – CES, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2016, compostas de Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado de Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, complementadas por Notas Explicativas e concluiu com base no Parecer dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, de 03 de março de 2017, sem ressalva, que os referidos documentos refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação Financeira e Patrimonial da Companhia Energética Sinop – CES e recomenda que os mesmos sejam submetidos à deliberação dos Senhores Acionistas, em Assembleia Geral Ordinária.

Sinop – MT, 15 de março de 2017.

2o. OFICIO DE NOTAS E PROTESTO
SRTV/SUL RD. 701 BL. 01 LJ 24 TERREO
ED. ASSIS CHATEAUBRIAND - BRASILIA/DF
CNPJ/NF 00.418.421/0001-80
CF/DF 07.653.140/001-38

RECONHECO e dou fe' por SEMELHANCA a(s)

firmas(s) de:
[500XP63]-SERGIO CARVALHO AGUIAR.....
[500XP63]-DENILSON VERONESE DA COSTA...
[500Vph3]-FRANCISCO FERNANDES DE SOUSA.

Em testemunho da verdade
BRASILIA, 30 de Março de 2017
selo: TJDFT20170020211350DDVG,
TJDFT20170020211351NBLS e
TJDFT20170020211352IUIG

Para consultar acesse: www.tidft.jus.br
GOIANO BORGES TEIXEIRA - TABELIAD
RAMILD SIMÕES CORREA - TAB. SUBSTITUTO
LENDQUES ALVES GOUVEIA - ESC. NOT. AUT.
IRITA OLIDES B. PEREIRA - ESC. NOT. AUT.
IKENIA VIRGINIA F.R.ANDRADE -
ESC.NOT.AUT.

Sérgio Carvalho Aguiar
Sérgio Carvalho Aguiar
2º Ofício
RONIMAR

Denilson Veronese da Costa
Denilson Veronese da Costa
2º Ofício
RONIMAR

Francisco Fernandes de Sousa
Francisco Fernandes de Sousa
2º Ofício
RONIMAR